

**ACÓRDÃO Nº 64/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11383/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Urucará.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Almir Fernandes Guimarães - Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6915/2016-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.1497/1501).
- 8- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Urucará. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Determinação.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Almir Fernandes Guimarães**, Presidente da Câmara Municipal de Urucará, exercício de 2015, enquanto Ordenador de Despesa, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei nº 2.423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Almir Fernandes Guimarães**, no valor de **R\$ 3.500,00** (três mil e quinhentos reais), nos termos do parágrafo único do art. 53 da Lei nº 2.423/96, que devem ser recolhidos aos confres da Fazenda Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, realitivamente às restrições 1, 5, 6, 11 e 12 do Relatório Conclusivo nº 126/2016 - C.I/DICAMI, descritas a seguir:

“1 - Intempestividade na remessa dos informes periódicos referentes ao mês de outubro de 2015, com atrasos de 759 dias, encaminhados via Portal E-Contas fora do prazo concedido na Ata da 38ª Sessão Administrativa desta Corte de Contas;

RESTAURADO

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 64/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

5 - Permanência em caixa de valores monetários durante todo exercício de 2015, em observância ao art. 43 da Lei nº 101/00 c/c o § 3º do art. 164 da CF/88 c/c os §§ 1º e 2º do Art. 156, da CE/89;

6 - Ausência de Lei que regulamente o quantitativo mínimo de cargos comissionados, que devam ser preenchidos exclusivamente por servidores efetivos conforme determina o art. 37, inciso V, da Constituição Federal;

11 - Pregão Eletrônico nº 002/2015 – CMU - subitem 5 - no processo licitatório usou-se Projeto Básico, considerando que para a modalidade de Pregão Eletrônico o termo correto seria Termo de Referência, conforme determina o art. 22, II, do Decreto nº 21.178/00, subitem 6 - na fase externa do pregão, não houve o cumprimento do prazo mínimos de 08 dias úteis, contados da publicação do aviso no Diário Oficial, para que os interessados procurarem suas propostas, na forma do art. 10, §2º, do Decreto nº 21.178/00, subitem 7 - ausência do parecer jurídico sobre o edital e a minuta do contrato, no âmbito da Comissão, contrariando o art. 22, VII, do Decreto nº 21.178/00;

12 - Termo de Contrato 001/2015 - subitem 1 - minuta do contrato não foi previamente examinada e aprovada pela assessoria jurídica da Administração, contrariando o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, subitem 2 - não consta nos autos listas de verificação, relatórios de acompanhamento ou outros controles que sinalizem o efetivo acompanhamento e fiscalização da execução contratual por parte de representante da Administração especialmente designado, contrariando o art. 67, caput e §1º, da Lei nº 8.666/93, Termo de Contrato 002/2015 - subitem 1 - minuta do contrato não foi previamente examinada e aprovada pela assessoria jurídica da Administração, contrariando o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, subitem 2 - não consta nos autos listas de verificação, relatórios de acompanhamento ou outros controles que sinalizem o efetivo acompanhamento e fiscalização da execução contratual por parte de representante da Administração especialmente designado, contrariando o art. 67, caput e §1º, da Lei nº 8.666/93;"

**ACÓRDÃO Nº 64/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

9.2.1 O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 (trinta) dias. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição das penalidades na Dívida Ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.3. Recomendar à Câmara Municipal de Urucará que:

9.3.1 Observe estritamente o cumprimento no prazo de remessa dos informes periódicos via Portal e-Contas a este Tribunal, conforme estabelece o art. 3º, da Resolução TCE nº 13/2015, assim como, às Decisões Administrativas do Egrégio Tribunal Pleno desta Corte de Contas;

9.3.2 Nas despesas com aquisições de peças e serviços de manutenções de veículos de propriedade da Câmara Municipal de Urucará, expresse nas notas de empenhos, notas de liquidações e notas fiscais das despesas realizadas, indicação da placa e propriedade do veículo, comprovando assim, a legalidade da despesa e a sua fiel liquidação, em atenção ao regramento contido no artigos 62 e 63, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 4.320/64;

9.3.3 Programe seus procedimentos administrativos de controle dos pagamentos de despesas via bancária, nos termos do art. 65 da Lei nº 4.320/1964, e que as disponibilidades de caixa, sejam mantidas em instituições financeira, conforme prevê o art. 43, da Lei nº 101/2000 c/c o § 3º do art. 164 da CF/88 e os §§ 1º e 2º, do art. 156, da CE/89, evitando assim possíveis prejuízos ao erário municipal, pela perda de rentabilidade imediato com possíveis aplicações no mercado financeiro;

9.4. Recomendar à próxima Comissão de Inspeção - Dicami que:

9.4.1 Certifique se o Portal da Transparência da Câmara Municipal de Urucará (<http://transparencia-camaraurucara.org>), está atualizado no momento da inspeção *in loco*, em cumprimento ao art. 48, parágrafo único, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, bem como, o inciso VI, do § 3º do art. 8º, da Lei nº 12.527/2011;

9.4.2 Confirme se o valor restante na ordem R\$ 18.417,15, foi quitado em favor do exequente Senhor Manoel da Costa Serrão,

RESTAURADO

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº 64/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

complementando assim o valor do precatório judicial na soma de R\$ 29.467,42, objeto do Processo nº 0000302-84.2010-0151 do Tribunal de Justiça da 11ª Região;

9.5. Determinar à Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161, § 1º, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM.

10- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 31 de Janeiro de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral